

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
(COM EDUARDA ESPOSITO)
calexa1970@gmail.com

Falando em precatórios...

Especialistas acreditam que, se aprovada, parte da PEC pode ser considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Para o especialista em direito tributário e finanças públicas Ricardo Soriano, ex-procurador-geral da Fazenda Nacional (PGFN), o texto não mantém a isonomia dos Poderes nem é justo com as dívidas do setor privado. “O tratamento deveria ser o mesmo de um lado ao outro”, disse à coluna.

Onde está o problema

A PEC estabeleceu a mudança de cálculo da PEC para dívidas públicas. O índice passaria a ser o IPCA + 2%, e não mais a Selic, atualmente em 15%. Na prática, o setor privado pagaria muitos mais juros do que o setor público.

Contagem regressiva

Sobre o aumento do número de deputados, vetado pelo presidente Lula, o Congresso precisará correr contra o tempo. Mudanças no número de representantes eleitos devem ser definidas até outubro, um ano antes do pleito de 2026. Do contrário, essa atribuição caberá à Justiça Eleitoral. E certamente não deverá seguir o cálculo definido pelos parlamentares.

Tem mais

A polêmica do PL do Licenciamento Ambiental vai longe. A provável judicialização e o possível veto do presidente Lula são fatores que certamente provocarão mais desgaste. Com a popularidade revigorada e às vésperas da COP30, o presidente Lula pode adotar uma posição contrária aos interesses do Congresso. Do ponto de vista jurídico, há diversas indicações de que a proposta aprovada pelo Parlamento tem elementos de inconstitucionalidade.

Deixem-no lá

Na entrevista a jornalistas no Senado, o ex-presidente Jair Bolsonaro disse achar melhor o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro continuar nos Estados Unidos, articulando em favor da anistia, do que voltar ao Brasil e ser preso. O ex-presidente não disse, porém, como o 03 se manterá do ponto de vista financeiro. O deputado licenciado está sem receber salário desde março.

Congresso dá o troco a veto do Planalto



A votação de apenas um turno da PEC dos precatórios e a aprovação do projeto de seguro rural foram a resposta dos presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), ao veto presidencial ao aumento do número de deputados.

Ao segurar a votação em segundo turno, o Congresso manteve em suspenso a medida que pode resultar em uma folga de R\$ 12 bilhões no caixa do governo federal, permitindo o cumprimento da meta fiscal em

2026, ano eleitoral. Nos bastidores essa freada parlamentar é vista como um aviso ao Planalto.

Em relação ao seguro rural, que causará um impacto de R\$ 30 bilhões ao governo federal, a manobra foi capitaneada pelo presidente da Câmara irritou o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-BA). O petista criticou o que chamou de rompimento de acordo com Motta. “Nem Pedro Lupion (PP-PR) faria isso”, disse Guimarães, mencionando o parlamentar de oposição.

Na mira

O receio de Jair Bolsonaro em relação ao filho tem motivo. Ontem, os líderes do PT na Câmara dos Deputados e do governo no Congresso, o deputado Lindbergh Farias (RJ) e o senador Randolfe Rodrigues (AP), pediram ao Supremo Tribunal Federal a prisão de Eduardo Bolsonaro. Alegam que ele promove ataques às instituições brasileiras, em atos incompatíveis com a representação parlamentar e lesivos à soberania nacional.

Escalada

À medida que o julgamento de Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal chega avança, aumenta o tom do presidente Donald Trump contra os Poderes constituídos do Brasil. Na carta enviada ao ex-presidente, o norte-americano é taxativo: “Este julgamento deve terminar imediatamente!”. Segundo Trump, Bolsonaro está sendo vítima de “um sistema injusto”.

Falta de pessoal

Um estudo do Tribunal de Contas da União, de 2006, indicava que, naquela época, o quadro da Polícia Rodoviária Federal deveria ser de 18 mil servidores. Mas o contingente chegou a 13 mil apenas em 2008 — e não teve aumento desde então. Estados têm reclamado da falta de policiais em postos estaduais, principalmente Minas Gerais. O Ministério Público estadual cobrou da PRF a falta dos agentes. Os graduados no último curso de formação foram alocados em postos do Norte. O Centro-Sul, por sua vez, continua defasado.

Pode piorar

Caso a PEC da Segurança Pública seja aprovada na volta dos trabalhos, a PRF terá um aumento de tarefas. Além de rodovias, deverá monitorar vias aquáticas e ferroviárias. Isso demandará um aumento de agentes, e aí está o problema. Fazer um novo concurso custaria de R\$ 22 a R\$ 30 milhões, e os novos policiais só poderiam atuar em um ano e meio. A melhor solução, apontam especialistas, seria formar os 500 aprovados que esperam a convocação para o curso.

Por fora

Alvo da operação Underhand, que investiga suspeita de fraude com emendas parlamentares no Ceará, o deputado Júnior Mano (PSB-CE) disse que toma conhecimento de detalhes do inquérito da Polícia Federal por meio da imprensa. “Sei mais pela mídia do que pelos meus advogados”, disse a interlocutores.

PODER

Indignação ambientalista

Organizações ligadas à sustentabilidade consideram retrocesso projeto de lei sobre licenciamento. Muitas defendem veto

» ALÍCIA BERNARDES

Aprovado na madrugada de quinta-feira (17/7) pela Câmara dos Deputados, o PL 2159/21, que estabelece a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, gerou forte reação de especialistas, ambientalistas e juristas. Eles veem a medida como o maior retrocesso ambiental em décadas.

O texto, que agora aguarda sanção ou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, flexibiliza o processo de licenciamento, abre espaço para autodeclarações e reduz a participação de órgãos como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Para críticos, a proposta ameaça biomas sensíveis, como Amazônia e Mata Atlântica, além de enfraquecer garantias a comunidades indígenas e tradicionais.

Na avaliação do Observatório do Clima, representado por seu secretário executivo, Márcio Astrini, o projeto elimina parâmetros nacionais e transfere a classificação de riscos empreendimentos aos estados, o que pode gerar uma “guerra ambiental” semelhante à guerra fiscal. “Cada estado poderá decidir o que considera de alto ou baixo risco. Isso abre espaço para lobby, corrupção e judicialização em massa”, alerta. Astrini também critica a exclusão da participação da Funai em processos que envolvam terras indígenas não homologadas. “O direito dessas populações será ignorado, mas os conflitos continuarão. Agora serão resolvidos nos tribunais”, adverte.

“Situações como, por exemplo, pequenas centrais hidrelétricas que barram um rio ou até mesmo, barragens de rejeitos, como é o caso de Brumadinho, passam a ter um licenciamento sem avaliação de risco. Ele passa a ser feito automaticamente.

Isso é um vale-tudo, isso é você acabar com as bases do licenciamento ambiental”, diz Astrini.

O Observatório é uma rede formada por 68 organizações da sociedade civil brasileira que atua na agenda socioambiental e de clima. De acordo com Astrini, a sociedade civil está mobilizada pelo veto presidencial ao projeto para que ele não seja colocado em prática. “A sociedade civil vai continuar muito mobilizada, talvez até mais ainda agora, porque é a chance de reversão de todos esses absurdos se encontra na mesa do presidente da República”, defende.

A Fundação SOS Mata Atlântica também ressaltou os impactos para o bioma onde vivem 70% da população brasileira e que sustenta mais de 80% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional.

“Desde 2006, a Lei da Mata Atlântica foi responsável por uma queda de mais de 80% no desmatamento do bioma — passou de 110 mil hectares por ano para menos de 15 mil. Revoar os dispositivos que garantem essa proteção é abrir espaço para o aumento da devastação e colocar em risco compromissos firmados pelo Brasil nos acordos climáticos e de biodiversidade”, diz a organização em nota.

Especialistas em direito ambiental apontam diversos pontos de preocupação. Luiz Ugeda, pós-doutor em direito pela UFMG, explica que a nova modalidade de “licenciamento por adesão e compromisso” pode reduzir o tempo para análise técnica e participação social, o que afeta diretamente a transparência do processo. “Há riscos de assimetria de informações e de enfraquecimento do controle institucional, principalmente em setores como mineração e infraestrutura”, ressalta. Já o advogado Pedro Szajnferber alerta para o risco de legalização de empreendimentos hoje irregulares por meio da nova Licença de Operação Corretiva.

Reprodução/Instagram



Em post conjunto com outras instituições, o Instituto Socioambiental lamentou a aprovação do PL no Dia de Proteção às Florestas

Ataque frontal

Para o Instituto Internacional Arayara, a proposta representa um ataque frontal à legislação ambiental. O gerente de transição energética, John Fernandes, aponta a exclusão da obrigatoriedade de normas do Conama para grandes projetos de mineração, e o enfraquecimento da proteção a unidades de conservação e suas zonas de amortecimento. “O licenciamento agora poderá ocorrer sem a anuência de órgãos como o

ICMBio. Isso é gravíssimo, especialmente para empreendimentos de alto impacto”, afirma.

O diretor da Arayara, Juliano Bueno, destaca ainda os impactos sobre os biomas e povos originários. Segundo ele, 32% das terras indígenas em processo de demarcação poderão ser ignoradas, já que o texto limita a manifestação da Funai apenas a áreas homologadas. “É um projeto que institucionaliza violações de direitos humanos e ambientais. E se o presidente vetar, o Congresso provavelmente derrubará o



Ao permitir que atividades sejam autorizadas com base em autodeclarações ou dispensadas de estudos de impacto, o Estado se afasta de sua responsabilidade constitucional”

Trecho de nota divulgada pela organização Proteção Animal Mundial, que atua em 47 países



É um projeto que institucionaliza violações de direitos humanos e ambientais. E se o presidente vetar, o Congresso provavelmente derrubará o veto, como já fez no marco temporal. A judicialização será inevitável”

Juliano Bueno, diretor do Instituto Internacional Arayara

veto, como já fez no marco temporal. A judicialização será inevitável e o Supremo terá de agir, mas pode demorar demais”, alerta.

Fauna em risco

Organizações de atuação internacional também se manifestaram após a aprovação do Congresso. A organização Proteção Animal Mundial, que atua em 47 países, afirmou, em nota, que o PL “representa um dos maiores retrocessos ambientais da história do Brasil”.

“O novo texto (...) abandona os princípios de prevenção e participação pública que deveriam orientar qualquer decisão ambiental. Ao permitir, por exemplo, que atividades sejam autorizadas com base em autodeclarações ou dispensadas de estudos de impacto, o

Estado se afasta de sua responsabilidade constitucional de garantir um meio ambiente equilibrado e seguro para as presentes e futuras gerações”, protesta a organização.

Aprovado por 267 deputados (69,7% dos votantes), o projeto foi apelidado por ambientalistas de “PL da Devastação”. Mesmo com mobilizações em todas as capitais e apelos de cientistas, artistas e comunidades tradicionais, a maioria dos parlamentares votou a favor.

A expectativa se volta, neste momento, para a posição do presidente Lula. O veto é visto como essencial para impedir os efeitos imediatos da proposta. Caso contrário, há o risco de uma explosão de licenciamentos frágeis em setores de forte impacto ambiental como mineração, petróleo e gás. (Com Agência Brasil)